

**RESENHA: ÁFRICAS E SUAS RELAÇÕES DE GÊNERO, ORG. MARIANA BRACKS E FERNANDA CHAMARELLI. RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES ÁFRICAS/ANCESTRE, 2019. 210 P. E-BOOK.**

Rosemberg Ferracini<sup>1</sup>

Para a camarada, tradutora de hieróglifos Tonikyanos  
**Silvia Lopes Raimundo**

O livro aqui resenhando faz parte da publicação do *Grupo de Pesquisa ÁFRICAS: SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA*, coordenado pelos professores doutores Silvio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ) e Washington Santos Nascimento (UERJ), estando disponível em pdf no site <https://grupoafricas.wixsite.com/site/edicoes-africas-lacamentos>. A obra trata da temática do poder feminino, participação política, ancestralidade, luta pela independência, relações de gênero, ritos de iniciação, matriarcado e a História das mulheres, dentre um universo de temas que abordam a importância espacial e temporal delas na construção das sociedades africanas. Organizado por Mariana Bracks e Fernanda Chamarelli, o livro tem a participação de outras quatro estudiosas. Na redação que se segue, temos três objetivos que se entrelaçam, o primeiro deles é trazer para o público, em geral, em particular os que atuam na formação de professores, a leitura e interpretação do Continente Africano ressaltando a importância do papel da mulher em sua organização espacial. O segundo objetivo é trazer à tona o conjunto de referências teóricas e metodológicas do afrocentrismo articuladas pelas autoras na construção de seus textos<sup>2</sup>. O terceiro é instigar para que esse conteúdo ultrapasse o campo acadêmico e consiga chegar ao universo escolar. Ademais, que os professores dos mais diferentes níveis abordem com seus alunos a ótica da África e o seu universo feminino, superando o racismo e o relativismo na escola.

O trabalho divide-se em 06 partes, entre a apresentação e as considerações finais. A abertura foi feita por Mariana Bracks, na qual apresenta o rico material feminino na sociedade africana de norte a sul, de leste a oeste. O primeiro texto é de Fernanda Chamarelli, *O LUGAR DO FEMININO E A MATERNIDADE*. Baseado em fontes documentais, o texto trata das interações políticas, econômicas e culturais entre Egito e Núbia, uma leitura histórica que nos ajuda a compreender como que alguns fatos atuais nessas sociedades passam por organizações governada e administrada

---

1 Doutor em Geografia Humana USP. Professor na Universidade Federal do Tocantins, UFT, Porto Nacional. Membro do Laboratório de Práticas e Metodologias de Ensino de Geografia (LEGEO) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) UFT. Professor de Geografia da África e Estudos Étnicos-Raciais. [rosemberggeo@uft.edu.br](mailto:rosemberggeo@uft.edu.br)

2 DIOP, Cheik Anta. **The cultural unity of Black Africa – the domains of patriarchy and of matriarchy in classical antiquity**. London: Karnak House, 1989.

por mulheres. Em sua redação, a autora nos traz informações de Heródoto, a região da Etiópia, que apresenta uma geografia composta por um relevo montanhoso e por descontinuidades no curso do rio Nilo. Também relata uma cadeia montanhosa presente na região, de nome Arábica, que aumenta em direção ao sul. Ainda traz as variações de clima presentes nesta região do Saara e como esses contribuíram para que houvesse diversas migrações por diferentes grupos em distintos períodos, ocasionando uma ocupação das margens férteis do rio Nilo até as regiões da Baixa Núbia e Alta Núbia. Em outra parte do texto, temos a maternidade como função divina das mulheres, em que a personalidade de mães e consortes se assemelhava a de várias deusas. Assim, fato é que os soberanos egípcios só poderiam governar juntamente com sua contrapartida feminina. O papel da mãe do governante representa uma união a ancestralidade, a geração anterior; enquanto junto com a figura de sua esposa, o soberano pode continuar sua geração e influenciar o futuro. A importância da mãe estava relacionada tanto aos laços de parentesco quanto as suas funções religiosas. Sendo assim, Mães, irmãs e esposas eram como soberanas no papel social e político, dentro da administração das sociedades. Visto assim, é importante refletir como a legitimação dessas mulheres no poder assumia o papel primordial.

O segundo capítulo, *VESTIR O LUTO, VESTIR EXISTÊNCIA(S): ETNOGRAFANDO UM “QUASE-EVENTO” DA VIUVEZ EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE*, de Aline Beatriz Miranda, faz parte de seu estudo financiado pela CAPES em Moçambique, no ano de 2014, na -UEM- Universidade Eduardo Mondlane. Os questionamentos feitos na obra são até que ponto as mulheres são obrigadas ou proibidas de vestir o luto? “pôr o luto?” ou “vestir o luto?”. Qual a valorização econômica, a importância política ou e o peso cultural do luto nas relações familiares, nos comportamentos particulares? Quais as obrigações com os parentes vivos e ou com os parentes mortos? Em seu trabalho de campo, a autora demonstra que “pôr o luto” não se resume às vestimentas, mas por continuar usando essa expressão, ao longo do texto, por se tratar da forma como as próprias viúvas se referiam ao assunto. Seu texto aborda o olhar, relacionando-o às relações das vestimentas com os gêneros de vida, a família e, em particular, a mulher, as viúvas. Da mesma forma, encontramos os conflitos nas diversas ordens políticas, econômicas e culturais relativas ao rito de purificação com as viúvas. Denominadas de feiticeiras, muitas das mulheres são expulsas de suas terras, casas e habitações, por não aceitar o chamado ‘rito de purificação’<sup>3</sup>. Na redação, encontramos um exercício reflexivo de “prestar atenção” no que as mulheres relatam a respeito do luto, a fim de apresentar suas vivências e demandas. O luto feminino é vivido desde as

---

3 Aline Beatriz Miranda da Silva. **Reivindicar direitos e (re)negociar alianças: reflexões sobre os conflitos familiares de mulheres viúvas em Maputo, Moçambique**, UFMG, 2017.

guerras de independência e a desestabilização entre a RENAMO e a FRELIMO, iniciada em 1975 e que teve fim em 1992, como pela epidemia do HIV-AIDS, que mata principalmente os homens. Nesse sentido, para desenvolver sua investigação, a autora ouviu, conviveu, trocou palavras com viúvas que buscavam assistência nas organizações sociais e civis, como por exemplo a WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust), AVIMAS (Associação das Viúvas e Mães Solteiras) e da MULEIDE (Associação, Mulher, Lei e Desenvolvimento), Fórum Mulher (Organização de Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento) e pela OMM (Organização da Mulher Moçambicana). Associações essas que tratam, entre os diferentes temas, os direitos das viúvas que conseguiram a política das organizações de defesa dos direitos das mulheres e influenciou a promulgação da Lei da Família (Lei nº 10/2004) e da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher (Lei nº29/2009). Logo, seu texto foi resultado de um longo diálogo entre as mulheres, o Estado e as diversas organizações da sociedade civil. Com o objetivo de demonstrar acordos e conversas que refletissem o desafio de se implementar uma legislação que atendesse os direitos humanos e ao mesmo tempo abarcasse a diversidade cultural de norte a sul do país.

No terceiro capítulo, *MARCAS DE GÊNERO NA LITERATURA ANGOLANA E SÃO-TOMENSE*, de Assunção de Maria Sousa e Silva, nos traz uma ligação com as poetisas da literatura de Paula Tavares e Conceição Lima. O texto inicia com reflexões a respeito da condição da mulher angolana pela poética de Paula Tavares, que traz à forma de inserção das mulheres no contexto africano, destacando que elas se inserem pelas margens, ou seja, pelas bordas. Esse fato se intensificou com o processo de colonização que impõe “modelos e jogos de hegemonia e poder” para se manter como um padrão de dominação, buscando “civilizar” as mulheres e/ou “arrancá-las” do estado “selvagem” e maldosos mais profundamente no estado de anulação e de subalternização. Contudo, a presença de outras guerreiras, como Paula Tavares, Ana de Santana, Maria Alexandre Dáskalos, Amélia Dalomba, Ana Branco, Isabel Ferreira, Carla Queiroz, Cecília Ndanhakukua e Chó do Guri, se propõem a construir suas próprias obras. Organizam suas paisagens, dando a cor, a natureza, a seus gostos, rompendo territórios políticos, regiões inóspitas e desconstruindo ideologias geográficas de inferiorização. A comunicação, construção e tematização literária passa por Maria Nazareth Soares Fonseca, Inocência Mata, Jane Tutikian, Alda Espírito Santo, Maria Manuela Margarido, entre outras deusas que são responsáveis pela construção do corpo feminino, do mundo entre homens e mulheres, inquietações diárias, imagens, condições étnico-raciais. Segundo a autora, p. 76, de “dor interior, quase mística, ânsia, nostalgia, desejo, paixão, sacrifício, frustração – tudo

aquilo que, através da sua sensibilidade, a natureza feminina é capaz de captar”. Na parte referente a poética de Conceição Lima, temos o contexto sociocultural são-tomense, fato que passa ausência de políticas especiais para as mulheres, como pelos poucos esforços para o cumprimento de suas funções. Nos três livros de Conceição Lima, *O útero da casa* (2004), *A dolorosa raiz do mincondó* (2012) e *O país de Akendenguê* (2012), a voz feminina está fortemente presente na construção da voz são-tomense. Pelo caminho da crítica de Achile Mbembe (2014)<sup>4</sup>, o leitor encontrará a busca de raízes patrilineares ou matrilineares que dão visualização ao projeto da escritora, que é o aponderamento da mulher. Seu discurso dá voz às injustiças sociais causadas pela colonização, recorrem à memória de histórias e geografias pós-colonial.

Na quarta parte, *BATUQUES E SEGREDOS: AS CAPULANAS NOS RITOS DE INICIAÇÃO FEMININOS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE*, tem-se o texto de Helena Santos Assunção. Seu trabalho foi desenvolvido com entrevistas durante o ano de 2017 em Maputo e Nampula. Sua redação mergulha no mundo de ritos de iniciação femininos macuas. A partir da perspectiva de mulheres adultas já iniciadas, praticantes dos batuques, a autora emerge no conhecimento “secreto” para homens a respeito dos ritos de iniciação macua. Nessa perspectiva, aprendemos que os ritos de iniciação femininos podem ser um ponto de inflexão para o uso deste tecido, que é considerado importante, simbolizando o local/momento do crescimento, aprendizagem e de tornar-se uma mulher como as outras. Suas linhas ainda destacam que as capulanas não são apenas roupas: no dia-a-dia, mas também são usadas para amarrar a criança às costas da mãe (muthete), como lenço na cabeça (usando pedaços menores). Existem algumas diferenças básicas entre os ritos do interior e do litoral. Entre “ser mulher”, “ser mulher macua” e “amarrar a capulana”. O uso de capulanas de mesma estampa é feito nos dias festivos públicos, como o 7 de abril – Dia da Mulher Moçambicana, em que se homenageia Josina Machel, heroína nacional ou o 1º de Maio – Dia do Trabalho, datas festivas importantes desde a revolução. O texto, no mais, traz a existência de diversas opiniões a respeito dos ritos de iniciação femininos, muitos deles sendo alvos de críticas por parte do Estado Moçambicano e de ONGs locais e internacionais que se juntam a uma agenda de combate à violência de gênero e empoderamento feminino. Por outro lado, é demonstrado que, historicamente, diversas práticas corporais e rituais femininos foram combatidas em Moçambique, tanto pelos missionários cristãos, pelos colonizadores portugueses como pela Frelimo, sem que, no entanto, estas deixassem de ser praticadas<sup>5</sup>. Entretanto, em campo, a pesquisa

---

4 MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

5 PINHO, Osmundo. “O Destino das Mulheres e de sua Carne: regulação de gênero e o Estado em Moçambique”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 45, Dezembro 2015. 157-179.

mostra que a relação entre iniciação e capulana não é tão simples assim, pois envolve comportamento, materialidades, especificidades, como a guarda de segredos invisíveis e indivisíveis nos ritos de iniciação.

No quinto capítulo, *A CONQUISTA DE MATAMBA: PODER FEMININO E LEGITIMIDADES NA ÁFRICA CENTRAL*, Mariana Bracks Fonseca faz uma análise do significado político da conquista de Matamba, sua organização e expansão de poder na região. Seu texto tem contribuições de Alberto Costa e Silva, Joseph Miller e Jhon Thorton, com informações a respeito do Poder feminino na África Central. A autora traz conhecimento de Nzinga Mbandi, rainha de Angola, muito estudada na história universal, tendo vivido mais de 80 anos e simboliza hoje a resistência africana. O reino de Matamba, séculos XVI e XVII, está localizado entre os reinos do Congo e do Ndongo, à margem direita do rio Lukala e à leste do rio Kwango. Os reinos de Ndongo e Matamba eram aliados na resistência contra a “presença” portuguesa na região. O que hoje corresponde à Baixa de Cassanje, atual distrito do Malange, em Angola. Desse modo, são várias as informações a respeito de Nzinga, passando por proteção familiar, mortes e guerras e sua relação com o reino de Matamba. Suas alianças de fortalecimento se deram com os holandeses, como estratégia de crescimento econômico e político, com o objetivo de enfraquecer os portugueses. Matamba Nzinga recebeu pessoas de diferentes origens étnicas, que buscavam liberdade e proteção. De acordo com Bracks, esse local era “um estado militarmente forte, agressivo e quase fora do alcance dos exércitos lusitanos”, possuía homens bem treinados, capazes de expulsar os portugueses da região. A respeito do seu poder e força, é apresentado, pela autora, o respeito da participação da rainha Nzinga no comércio transatlântico de escravos, assim como na desarticulação do comércio negreiro na região.

Por fim, no último capítulo, *MATRIARCADO E ÁFRICA: DISCURSOS NA HISTÓRIA ACERCA DE PODER POLÍTICO E GÊNERO*, de Camille Johann Scholl, inicia-se com algumas indagações importantes para quem pesquisa, estuda e ensina a respeito do matriarcado no Continente Africano. Baseado em Valentim Y. Mudimbe, nas obras “A ideia de África” e a “Invenção de África”, Carlos Lopes, “A pirâmide invertida” e no conjunto de obras de Cheikh Anta Diop, o texto traz uma reflexão sobre o conceito de matriarcado inscrito na história, como registrou a autora, p.156: “fugindo de lugares comuns que pensam o continente africano como um todo uno e homogêneo”. Para ela, existe uma arqueologia discursiva que precisa vir à tona, outros olhares que pensam e refletem esse conceito em seus diferentes aspectos. Seu texto reflete questões tão perenes quando se pensa África, gênero e poder político na historiografia construída sobre o berço da

humanidade. No mais, no decorrer das linhas, a autora nos mostra como que esse conceito esteve a serviço do discurso colonial, entre rumos políticos, econômicos e culturais; e como as colônias africanas lutam por sua descolonização e independência. Segundo a autora, p.182, “A historiografia contemporânea sobre a África vem superando as visões que homogeneízam as sociedades africanas e visam perceber o continente africano como ‘historicamente composto’”. Entre o conjunto de referências, a autora nos traz as reflexões da intelectual nigeriana feminista Ifi Amadiume<sup>6</sup>. Em sua obra, essa faz críticas aos modelos da teoria de Diop. Suas críticas estão no campo das novas gerações de africanas ocidentalizadas, indo de encontro a um denominado "Feminismo Africano" que seria traçado a partir de mulheres pertencentes às elites modernas. Para Amadiume, existe uma ampliação do campo de conceitos e modelos explicativos em torno do feminismo, existindo novos temas, realidade que se formam no debate e mostram que há a possibilidade de um aprofundamento na questão do gênero e poder político para esse continente. Por conseguinte, a literatura contemporânea de Ciências Sociais, sobre o berço da humanidade, supera os relativismos e modismos. Logo, é preciso estudos e aprofundamento para com os novos conceitos no campo da epistemologia.

Nas considerações finais, Fernanda Chamarelli faz uma reflexão de como o estudo de gênero no continente africanos tomou força nos diversos espaços de debates acadêmicos. Concordamos com a autora, quando ela diz que é preciso estudos, vivências para falar e ou escrever a respeito poder político e social das mulheres no continente africano. Em nossa análise, entendemos que as ideologias geográficas, cada vez mais, ganham força nos estudos entre lugares e paisagens de distintos universos femininos africanos. Encontramos mulheres africana que atuam na libertação de seus países, são personagens e autoras de suas produções, tomam diferentes forças quando analisadas e comparadas com outras realidades. Logo, temos, em profundidade, vozes críticas em cada capítulo, trazendo à tona os diferentes interesses dos países que estão inseridos. Como alerta, Amadiume (1997), as reflexões nos fazem pensar em África e no papel das mulheres, por um conjunto de reflexão distintas e relações diversas, em que o gênero se estabelece. Portanto, como registrado no início do texto, que esse rico universo seja costurado e alinhado nas escolas e em nossos cotidianos acadêmicos. Um continente tão perto e tão longe das nossas realidades, que precisa ser vivido, sentido, discutido e pensado no campo da epistemologia e saber, de um conhecimento que não seja colonizado.

---

6 AMADIUME, Ifi. **Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture**. Interlink Publishing Group, 1997, p. 21-22.